

Demonstrações Financeiras

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Acionistas e Diretores da
Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Debêntures e cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem debêntures emitidas no montante de R\$13.485 mil. Dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“covenants”).

O endividamento da Companhia, incluindo o cumprimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros, e consequente alteração no cronograma de vencimento dessa dívida podem resultar em efeitos relevantes em relação a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários; (ii) revisão das escrituras de debêntures e dos aditivos contratuais; (iii) recálculo das memórias de cálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* qualitativos; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“covenants”), que está consistente com a avaliação da Administração, entendemos que os critérios e premissas utilizadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP-034519/O



Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC-SP-294991/O

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	40
Contas a receber	5	278	256
Conta de energia - CER	6	1.541	950
Impostos a recuperar		6	6
Aplicações financeiras (caixa restrito)	4	281	-
Despesas antecipadas		21	-
		2.127	1.251
Não circulante			
Aplicações financeiras (caixa restrito)	4	278	504
Conta de energia - CER	6	750	880
Depósitos judiciais		498	398
		1.526	1.782
Imobilizado			
	7	22.054	22.550
		22.054	22.550
		23.580	24.332
Total do ativo		25.707	25.584
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	-	163	116
Debêntures	8	1.975	1.764
Dividendos a pagar	9	341	341
Obrigações tributárias		89	202
Impostos parcelados		150	
Outras contas a pagar		-	12
		2.718	2.435
Não circulante			
Debêntures	8	11.510	12.408
Empréstimos de partes relacionadas	9	7.061	6.979
Dividendos a pagar	9	259	44
Impostos parcelados		-	151
		18.830	19.582
Patrimônio líquido			
Capital social	11	2.800	2.800
Reserva legal		99	58
Reservas de lucros		1.261	709
Total do patrimônio líquido		4.160	3.567
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.707	25.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita operacional líquida	12	4.759	4.229
Custo dos serviços	13	(1.092)	(940)
Lucro Bruto		3.667	3.289
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(141)	(365)
Despesas tributárias	13	(29)	(19)
		(170)	(384)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		3.497	2.905
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	14	60	16
Despesas financeiras	14	(2.596)	(2.646)
		(2.536)	(2.630)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		961	275
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15	(153)	(84)
Imposto de renda e contribuição social - não faturado		-	27
Lucro líquido do exercício		808	218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	808	218
Total do resultado abrangente do exercício	<u>808</u>	<u>218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2020		2.800	58	535	-	3.393
Lucro líquido do exercício		-	-	-	218	218
Destinação do lucro:					(44)	(44)
Reserva de retenção de lucros		-	-	164	(164)	-
Reserva legal		-	10	-	(10)	-
Em 31 de dezembro de 2021		2.800	68	699	-	3.567
Lucro líquido do exercício		-	-	-	808	808
Destinação do lucro:					(215)	(215)
Reserva de retenção de lucros		-	-	553	(552)	-
Reserva legal		-	41	-	(41)	-
Em 31 de dezembro de 2022		2.800	109	1.252	-	4.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		808	218
Ajuste para reconciliar o lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação	7 e 13	497	497
Juros sobre debêntures	8	2.221	2.492
Rendimento de aplicação financeira		(60)	(15)
Custos de transação de debêntures	8	232	77
		3.698	3.269
(Aumento) redução de ativos			
Conta de energia – CER		(461)	(802)
Contas a receber		(22)	(22)
Impostos a recuperar		-	(3)
Despesas antecipadas		(21)	-
Depósitos judiciais		(100)	(136)
		(604)	(963)
Aumento (redução) de passivos			
Impostos parcelados		-	(358)
Fornecedores		46	(18)
Obrigações tributárias		12	187
Outras contas a pagar		(12)	12
		45	177
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(125)	(75)
(-) Pagamento de juros sobre debêntures	8	(1.229)	(1.228)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		1.785	826
Atividades de investimento			
Movimentação investimento (caixa restrito)		287	(63)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		287	(58)
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas	9	82	130
Pagamento principal debêntures	8	(1.912)	(1.182)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(1.830)	(1.052)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		242	(284)
Caixa e equivalentes de caixa 1º de janeiro		40	324
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		282	40
Variação em caixa e equivalentes de caixa		242	(284)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de outubro de 2015, possui sede na Rodovia TO-110, km 23, Loteamento Ribeirão Bonito Lote 3/4 - B, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração da Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins.

Em 17 de novembro de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio do despacho ANEEL nº 3000, habilitou a Companhia no leilão nº 03/2016, licitando a contratação de energia de reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir das fontes solar fotovoltaica e hidrelétrica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Em 7 de março de 2017, por meio da Portaria nº 84, a Companhia obteve autorização do Ministério de Minas e Energia (MME), a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Ribeirão Bonito, Município de Ponte Alta do Bom Jesus, Estado do Tocantins, nas Coordenadas Planimétricas E=355256 m e N=8680900 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Palmeiras, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.TO.035747-2.01, com 2.750 kW de capacidade instalada e 1.470 kW médios de garantia física de energia, constituída por uma Unidade Geradora.

O início do período de suprimento de energia elétrica estava previsto para 1º de março de 2020, conforme estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER), datado de 8 de fevereiro de 2017, sendo antecipado para 13 de maio de 2018, em decorrência da entrada em operação comercial da unidade geradora, desta forma, o suprimento operou em regime de antecipação até 29 de fevereiro de 2020, com energia contratada por 30 (trinta) anos, sendo a receita de fornecimento de energia paga no âmbito da Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva a R\$214,00 (preço de venda na data do leilão).

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta Capital circulante líquido ("CCL") negativo de R\$590 (R\$1.184 negativo em 2021), todavia, apresenta lucro líquido de R\$808 (R\$218 em 2021), e caixa líquido positivo, gerado pelas atividades operacionais de R\$1.785 (R\$826 em 2021). Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional--Continuação

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Impactos COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “*impairment*” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Conta de energia - CER (nota 6)
- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Teste de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 7);
- Provisão para demandas judiciais (nota 10).

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado, conforme características a seguir:

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, dividendos a pagar, debêntures, outras contas a pagar e partes relacionadas.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2022 e 2021. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Imobilizado

i Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Imobilizado--Continuação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 1 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09, limitadas ao período de autorização. Adicionalmente, a Companhia utilizou o Manual como referência, embora não tenha obrigação de utilização.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.5 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Debêntures

Debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 15% e 9%, respectivamente.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a (R\$78.000 a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Para o exercício de 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime tributário presumido.

3.9 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida atualmente na modalidade CER – Contrato de Energia de Reserva o qual é registrado junto a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato CER; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeira (caixa restrito)

	2022	2021
Caixa	-	1
Banco conta movimento	1	2
Aplicação financeira (caixa restrito CP) – (i)	281	
Ativo circulante	282	40
	2022	2021
Aplicação financeira (caixa restrito) – (i)	278	505
Ativo não circulante	278	505

As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima a 100% (100% em 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), por prazo não superior a 90 dias, as aplicações, com exceção as de caixa restrito, podem ser resgatadas a qualquer momento.

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações da Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, celebrada entre a Companhia e o agente fiduciário, foi firmado "Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças". Como resultado a Companhia cede todos os direitos sobre a conta vinculada, incluindo seu saldo e suas aplicações financeiras, com valores mínimos pré-definidos de acordo com o contrato. Tais aplicações em caixa restrito podem ser resgatadas a medida que houver excedentes de acordo com o previsto na Escritura de Debêntures
- (ii) Tratam-se de aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), por prazo não superior a 90 dias. As aplicações, com exceção as de caixa restrito, podem ser resgatadas a qualquer momento.

5. Contas a receber

	2022	2021
Fornecimento de energia - CCEE (a)	278	256
	278	256

- (a) Venda de energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), liquidadas no mês subsequente, conforme prevê o contrato de Comercialização de Energia de Reserva.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

6. Conta de Energia - CER

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Conta de Energia está prevista no Contrato de Energia de Reserva (CER) e visa mitigar as incertezas relacionadas à produção de energia. Nesta conta são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia gerada e de energia efetivamente contratada. Também são contabilizados os desvios positivos e negativos de geração.

Em 31 de dezembro de 2022 constavam desvios positivos (Positivos em 2022), ou seja, a Companhia gerou mais do que o contratado.

Existem dois processos de apuração do saldo acumulado da Conta de Energia, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quinquênio, sendo que no último ano de cada quinquênio, ambos os processos serão realizados.

O controle dessa conta, inicialmente, é realizado pela Companhia, em conjunto com empresa contratada para gerir o contrato de fornecimento, e ao final de cada ano contratual é confrontado com o saldo apurado pela CCEE e ao fim do quinquênio será realizada nova confrontação.

O citado contrato estabelece limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será liquidado mediante compensação ou pagamento em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, ao preço a vigor no período contratual subsequente ao ano contratual.

Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até 10% de geração) serão realizados mediante pagamento de 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, ao preço a vigor no 1º (primeiro) ano contratual do quinquênio seguinte, acrescido de 15% (quinze por cento).

Para os desvios anuais entre dez e trinta por cento a maior, em relação à obrigação contratual de suprimento, serão reembolsadas em 12 (doze parcela) mensais uniformes no ano contratual seguinte ao preço vigente na ocasião.

Ao final de cada ano contratual a energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos acima de 30% (trinta por cento) a maior, em relação à obrigação contratual de suprimento anual, será reembolsada ao gerador, em 12 (dez parcelas) mensais uniformes no ano contratual seguinte, pelo valor de 90% (noventa por cento) do preço do contrato vigente no ano contratual seguinte.

6. Conta de Energia - CER--Continuação

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O Ano contratual para apuração da energia gerada é computado de 1º de março de cada ano a 28 (ou 29) de fevereiro do ano seguinte. A CCEE tem até 60 dias para divulgar o resultado da apuração.

Durante o exercício de 2022 a Companhia apurou o período de 01/03/2021 à 28/02/2022 onde foi produzido 152% da energia contratada. O próximo período se encerra em 2022, até 31/12/2022 a Companhia já havia atendido 157% da energia contratada.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu, em relação ao montante contratado anualmente, 145,20% para o primeiro período contratual e 149,24% para o 2º período contratual. A geração que excedeu 130% foi contabilizada por 90% do preço.

	2022	2021
Conta de energia – CCEE – Ativo circulante	1.541	950
Conta de energia – CCEE – Ativo não circulante	750	880
	2.291	1.830

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

		2022		2021	
	Taxas médias anuais de depreciação (i)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	50	-	50	50
Turbina	2,48%	3.098	(285)	2.813	2.890
Conduto	2,16%	1.553	(165)	1.388	1.436
Gerador	3,30%	2.234	(297)	1.935	2.010
Comportas	3,30%	679	(90)	588	611
Casa de máquinas	1,65%	3.901	(261)	3.640	3.705
Câmara de carga	1,65%	2.423	(162)	2.261	2.301
Barragem	1,65%	10.041	(669)	9.372	9.539
Máquinas e equipamentos	10%	5	(1)	3	4
Total		23.984	(1.930)	22.054	22.550

- (i) A Companhia utilizou os preceitos do laudo de avaliação elaborado por especialistas para fins de determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, substancialmente, a vida útil-econômica dos ativos.

7. Imobilizado--Continuação

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) A movimentação do imobilizado é como segue:

	2021	Adições	Transferências	Depreciação	2022
Terrenos	50	-	-	-	50
Turbina	2.890	-	-	(77)	2.813
Conduto	1.436	-	-	(49)	1.388
Gerador	2.010	-	-	(74)	1.936
Comportas	611	-	-	(23)	589
Casa de máquinas	3.705	-	-	(65)	3.641
Câmara de carga	2.301	-	-	(40)	2.261
Barragem	9.539	-	-	(168)	9.372
Máquinas e equipamentos	4	-	-	(1)	4
	<u>22.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>	<u>22.054</u>

	2020	Adições	Transferências	Depreciação	2021
Terrenos	50	-	-	-	50
Turbina	2.509	508	-	(78)	2.890
Conduto	1.485	-	-	(49)	1.436
Gerador	2.084	-	-	(74)	2.010
Comportas	634	-	-	(22)	611
Casa de máquinas	3.771	-	-	(65)	3.705
Câmara de carga	2.342	-	-	(40)	2.301
Barragem	9.659	-	-	(168)	9.539
Máquinas e equipamentos	5	-	-	(1)	4
	<u>22.539</u>	<u>508</u>	<u>-</u>	<u>(497)</u>	<u>22.050</u>

c) Análise de redução ao valor recuperável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não serão recuperados por meio de operações futuras.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

Em 5 de julho de 2018, a Companhia, juntamente com o Banco Itaú BBA S.A., estruturou operação de captação de recursos através da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em seis séries, o agente fiduciário nomeado fora a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Conforme artigo nº 6 da Instrução Normativa 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Companhia está dispensada do registro de distribuição.

Em 6 de julho de 2018 foram emitidas 16.000 debêntures simples com valor nominal unitário de R\$1.000, em seis séries:

Debêntures	Quantidade de debêntures	Valor das debêntures	Vencimento final
1ª série	2.855	2.855	30/11/2027
2ª série	2.585	2.585	29/12/2027
3ª série	2.579	2.579	28/01/2028
4ª série	2.585	2.585	03/03/2028
5ª série	2.556	2.556	29/03/2028
6ª série	2.840	2.840	28/04/2028
	16.000	16.000	

O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,42% ao ano. Esta remuneração será paga semestralmente após o término do período de carência.

	2021		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	317	2.038	2.356
2ª Série	328	2.038	2.366
3ª Série	303	2.284	2.587
4ª Série	286	2.254	2.540
5ª Série	292	2.094	2.387
6ª Série	313	2.266	2.578
	1.840	12.974	14.813
Custos de transação (*)	(76)	(565)	(642)
	1.763	12.409	14.172

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

	2022		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	349	1.820	2.169
2ª Série	344	1.808	2.152
3ª Série	330	2.062	2.392
4ª Série	346	2.096	2.442
5ª Série	333	1.986	2.319
6ª Série	349	2.071	2.420
	2.051	11.843	13.894
Custos de transação (*)	(77)	(333)	(410)
	1.974	11.510	13.484

(*) Custos incorridos em virtude da emissão das debêntures, contemplam gastos com: comissão, taxas, assessores jurídicos, registros e outros terceiros, e serão apropriados ao resultado de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures é conforme apresentada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2020	14.014
Juros incorridos (nota 14)	2.492
Custo de captação incorrido (nota 14)	77
Pagamento do principal	(1.182)
Pagamento de juros	(1.228)
Em 31 de dezembro de 2021	14.172
Juros incorridos (nota 14)	2.222
Custo de captação incorrido (nota 14)	232
Pagamento do principal	(1.912)
Pagamento de juros	(1.229)
Em 31 de dezembro de 2022	13.484

Em 2022 foram amortizados pela Companhia o valor de R\$3.141 (R\$2.410 em 2021), sendo que desse montante R\$1.229 (R\$1.228 em 2021) foram referentes aos juros e R\$1.912 (R\$1.182 em 2021) a título de amortização do valor principal.

Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no âmbito das debêntures, a Companhia outorgou as seguintes garantias:

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

- Cessão fiduciária: (a) da totalidade dos recebíveis dos contratos de energia reserva direitos creditórios; (b) dos direitos emergentes do contrato de conexão às instalações de distribuição; (c) dos direitos emergentes do contrato de fornecimentos; (d) dos direitos detidos pela Companhia sobre a conta vinculada; (e) sobre as aplicações financeiras de titularidade da Companhia;
- Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia pertencentes à ZX Participações S.A e à Capitale Participações Ltda.;
- Penhor dos equipamentos e geradores do projeto de titularidade da Companhia;
- Fiança dos garantidores;
- Fiança bancária.

Os recursos serão utilizados para reembolso ou quitação das despesas e/ou dívidas incorridas na construção e implantação dos projetos da usina hidrelétrica. O objetivo das debêntures é alongar a dívida com uma remuneração mensal para o investidor.

O financiamento via debêntures estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida = geração de caixa da atividade / serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,20 a ser calculado semestralmente.

Para o período findo em 31/12/2022 o ICSD foi calculado em 1,41, ou seja, o índice foi atendido.

A seguir a maturidade da dívida:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2022</u> <u>Saldo de</u> <u>debêntures</u>
2023	1.974
2024	2.315
2025	2.585
2026	2.686
2027	2.891
2028	1.033
	<u>13.484</u>

9. Partes relacionadas

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As relações e transações com partes relacionadas são realizadas em condições comerciais e financeiras definidas entre as partes.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Empréstimos		
ZX Participações S.A. (b)	6.668	6.586
Capitale Participações Ltda. (a)	393	393
	<u>7.061</u>	<u>6.979</u>
Dividendos a pagar – Circulante		
Capitale Participações Ltda. (c)	341	341
Dividendos a pagar – Não circulante		
Capitale Participações Ltda. (c)	259	45
Total dos dividendos	<u>600</u>	<u>385</u>
Total passivo	<u>7.661</u>	<u>7.365</u>

(a) Empréstimo concedido pela Capitale Participações Ltda. no período compreendido entre 7 de outubro e 27 de dezembro de 2017, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia, por meio de ingresso na sociedade. Esse montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas;

(b) Empréstimo concedido pela acionista controladora no período compreendido entre 2016 e 2021, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia. Esse montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas

(c) Dividendos a pagar para a acionista Capitale, foram desdobrados em R\$341 no passivo circulante e R\$218 no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021	6.979
Pagamentos	(454)
Recebimentos	536
Em 31 de dezembro de 2022	<u>7.061</u>

Remuneração da Administração

Não ocorreu deliberação de remuneração a ser concedida à Diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico ZX Energia, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego ou outros benefícios.

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Provisão para demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui demandas judiciais com prognóstico de perda avaliado como provável e possível.

A Companhia possui o processo tributário ativo, nº 0550233-96.2018.8.05.0001, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, trata-se de Mandado de Segurança Preventivo combinado com pedido de Tutela Provisória de Urgência Antecipada impetrado contra a Superintendência de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e contra o Estado da Bahia, visando ao reconhecimento da inexigibilidade de ICMS sobre os valores pagos pelo uso do sistema de distribuição da concessionária de energia elétrica COELBA (TUSD e Subvenção CDE). O valor de ICMS foi excluído da base à época da incidência da TUSD/ CDE. O processo encontra-se concluso aguardando sentença desde 08.04.2020.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$2.800.000, dividido em 2.499.301 ações distribuídas da seguinte forma:

	2022		2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
ZX Participações	2.029	95	2.029	95
Capitale Participações	115	5	115	5
Total de ações ordinárias	2.144	100	2.144	100

	Preferenciais classe A		Preferenciais classe A	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Capitale Participações	355	100	355	100
Total de ações preferenciais classe A	355	100	355	100
Total das ações	2.499		2.499	

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	808	218
Reserva legal – 5%	41	10
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	215	44
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	1.360	767

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	767	593
Distribuição de dividendos		
Reserva legal - 5%	41	58
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	553	174
Saldo final - Reservas de lucros	1.360	767

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

	2022	2021
Venda de energia elétrica - CCEE	3.157	2.804
Venda de energia elétrica - Ressarcimento	1.785	1.512
Impostos sobre vendas	(182)	(89)
	4.759	4.229

13. Despesas por função e natureza

13.1. Despesas gerais

	2022	2021
Classificação por função:		
Custos dos serviços prestados	(1.092)	(940)
Despesas gerais e administrativas	(141)	(365)
Despesas tributárias	(29)	(19)
	(1.262)	(1.324)

	2022	2021
Classificação por natureza:		
Serviços prestados - pessoa jurídica	-	(93)
Serviços prestados - manutenção	-	(121)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(277)	(209)
Despesas com assessoria contábil	(17)	(11)
Despesas com seguros	(30)	(43)
Auditoria	(82)	(52)
Encargos do setor elétrico	(318)	(257)
Impostos e taxas diversas	(28)	(18)
Depreciação	(497)	(497)
Outras despesas gerais e administrativas	(13)	(23)
	(1.262)	(1.324)

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre equivalente de caixa		1
Rendimentos sobre aplicações financeiras (caixa restrito)	60	15
	60	16
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre debêntures (nota 8)	(2.222)	(2.491)
Custos de transação das debêntures (nota 8)	(232)	(76)
Outras despesas financeiras	(142)	(79)
	(2.596)	(2.646)
	(2.536)	(2.630)

15. Imposto de renda e contribuição social

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Faturamento		4.998	3.492
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ		669	279
Alíquota nominal	15%	70	41
Alíquota adicional	10%	23	5
IRPJ		93	46
Faturamento		4.998	3.492
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL		669	419
Alíquota nominal	9%	60	38
CSLL		60	38
Alíquota efetiva – IRPJ		1,86%	1,32%
Alíquota efetiva – CSLL		1,20%	1,08%

16. Seguros

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Risco</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada (R\$)</u>	<u>Vigência</u>
Danos materiais		21.118	
Lucros cessantes	Compreensivo empresarial material	3.733	Mai/o22 a Maio/23
		<u>24.851</u>	

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

17. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

- i. Risco de crédito: a Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados aos bancos e às aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;
- ii. Riscos de liquidez: risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;

17. Instrumentos financeiros--Continuação

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

- iii. Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Os valores lançados na conta vinculada as debêntures contratadas pela Companhia, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados na nota 8

iv) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2022	2021	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	282	40	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Contas a receber	278	256	-	Custo amortizado
Contas a receber - CER	1.541	950	-	Custo amortizado
Não circulante				
Aplicações financeiras (caixa restrito)	278	504	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Contas a receber - CER	750	880	-	Custo amortizado
Depósitos judiciais	498	398	-	Custo amortizado
Total ativos financeiros	3.627	3.028		-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	163	116	-	Custo amortizado
Debêntures	1.975	1.764	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Dividendos a pagar	341	341	-	Custo amortizado
Não circulante				
Debêntures	11.510	12.408	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	7.061	6.979	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	259	44	-	Custo amortizado
Total passivos financeiros	21.308	21.312		

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

iv) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*--Continuação

Central Hidrelétrica Palmeiras do Tocantins S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

18.Eventos subsequentes

Entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada

O entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada não é aplicável ao processo 0550233-96.2018.8.05.0001 , em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador - TJBA, uma vez que a Companhia ainda não teve julgamento individual dos processos, e tampouco o julgamento do Tema 986 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Logo, não há decisão transitada em julgado que pudesse ter a eficácia temporal relativizada nos termos do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal nos Temas 885 e 881.